

*Sexting e o corpus pornograficus da educação: novos códigos para uma velha senha em tempos de pornopolítica*

Cleiton Zóia Münchow

Quando o cu do Liu-Liu olhou o céu pela primeira vez, ficou bobo. Era lindo! E ao mesmo tempo deu uma tristeza! Pensou assim: eu fiu-fiu, que não sou nada, sou apenas um cu, pensava que era Algo. E nos meus enrugados, até me pensava perfumado! E só agora é que eu vejo: quanta beleza! Eu nem sabia que existia borboleta! Fechou-se ensimesmado. E fechou-se tanto que o sapo Liu-Liu questionou: será que o sol me fez o cu fritado? (HILST, H. O caderno rosa de Lori Lamby).

1

A filosofia é a arte de criar conceitos, nessa criação atuam outros conceitos que são como seus elementos, seus componentes, mas também atuam personagens conceituais que pensam no filósofo e contribuem com a instauração de um plano de imanência, o chão filosófico do filósofo construído numa relação direta com a não-filosofia e com a criação de conceitos. Os conceitos são produzidos em função dos problemas que a personagem conceitual coloca ao filósofo, elas são suas intercessoras e o próprio filósofo devém suas personagens no encontro que tem com elas no devir. O conceito, que também é um corpo sem órgão (uma prática, uma experimentação), já está lá, mesmo que precise ser inventado para existir, sua invenção acontece por meio do roubo e da captura<sup>1</sup>.

Num assalto à obra de Preciado capturamos três personagens que desejamos colocar em relação com um tipo psicossocial produzido pela *ideologia pedagógica* que se desenha na sociedade correspondente ao território brasileiro. Corpo *auto pornográfico* e seus desdobramentos em *tecno-bitch* de luxo e em *corpus pornograficus*, são as personagens conceituais roubadas e capturadas de Preciado. A ideologia pedagógica a que nos referimos, conforme Scherer, pode ser observada no Emilio de Rousseau, nessa obra estabelece-se um discurso “que, durante todo o tempo que se estende até nós, fixa para a criança seu posto na sociedade e sua entrega aos cuidados do pedagogo” (SCHERER, 1983, p.20). Tal discurso exige “que não exista nenhum excesso de desejo que supere o poder” (SCHERER, 1983,

---

<sup>1</sup> Buscamos em Deleuze e Guattari as seguintes ideias: a filosofia como arte de criar conceitos, personagens conceituais e plano de imanência; todas foram desenvolvidas pelos filósofos de maneira extensa na obra “O que é filosofia?”.

p.23), eis a “regra de ouro da educação” (idem, ibidem). Esse discurso pedagógico produz tipos psicossociais no território brasileiro, o *corpus pornograficus* de nossas escolas.

Curitiba – PR e Ibirubá -RS em 2009; Bom Retiro –RS, Vila Velha-ES e Belém-PA em 2011; Teresina –PI e Bauru -SP em 2012; São José do Rio Preto e São Carlos-SP em 2013; Rio Branco -AC e Campo Grande- MS em 2014; Monte Carlos -MG, 2015. Todas essas cidades foram o cenário em que, com uma câmera na mão e uma ideia na cabeça, escolares entre 10 e 17 anos resolveram produzir no interior de suas escolas filmes com cenas de sexo. Não se trata de pornografia infantil nem de pedofilia (pelo menos não do ponto de vista da sua produção), pois estes conceitos estão ligados à exploração do corpo da criança e do adolescente por parte de outrem que não se encontra na mesma posição etária que ela: o adulto. Filmes produzidos por crianças e adolescentes com os quais os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Estatuto da Criança e do Adolescente, nem mesmo em seus parágrafos sobre pornografia infantil, ousaram imaginar.

*Sexting*, assim tem sido lida a prática realizada pelos escolares dos casos que estamos a analisar. O termo não é exclusivo ao material sexual produzido por escolares, ele apareceu no século XXI nos Estados Unidos da América e consiste na combinação de duas palavras: *sex* e *texting*, ou seja, sexo e mensagem. Essa combinação, conforme Barros, tem sido utilizada para nomear as práticas de:

envio, compartilhamento e postagem de mensagens eróticas, fotos de corpos desnudos e de vídeos que mostram relações sexuais (...), por meio de tecnologias digitais (smartphones, tablets, computadores, e sites de redes sociais, como Facebook e Twitter etc.), para namorados/as, ficantes, paqueras, amigos/as, ou para uma multidão de conhecidos/as e desconhecidos/as, quando postados na internet, por exemplo. Crianças, adolescentes, adultos, isto é, sujeitos de diferentes faixas etárias, vêm aderindo a essa prática (BARROS, S. C, 2013, p.16)

*Teen on line & wireless Safety Survey, Cyberbullying, Sexting and Parental Controls* é o nome dado a uma pesquisa realizada em abril de 2009 nos Estados Unidos com 655 adolescentes, entre 13 e 18 anos, num universo dividido em 53% de meninos e 47% de meninas. Como resultado, constatou-se que 1 (um) em cada 5 (cinco) dos adolescentes pesquisados já havia se envolvido com a prática de sexting, observou-se que (65%) das meninas foram Sext Senders (pessoa que envia as mensagens) enquanto somente 35% dos meninos afirmaram fazer o mesmo, também foi percebida uma prevalência etária nas pessoas envolvidas com *sexting*, os *sexter*, 61% tinham entre 16 e 18 anos e 39% entre 13 e 15 (Cf. WANZINACK; SCREMIN, 2014, p.23). No Brasil, também 2009, a SaferNet Brasil realizou

uma pesquisa com 2.525 escolares entre 10 e 17 anos da rede pública e particular dos Estado da Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo e constatou que 12,1% já haviam praticado *sexting* (Cf. BARROS, 2013, p.16).

Em setembro de 2014, Wanzinack e Scremin realizaram uma pesquisa *online* com 51 estudantes, entre 18 e 27 anos, vinculados à Universidade Federal da Região Sul, como resultado obtiveram os seguintes dados: “35% dos sujeitos afirmaram enviar fotos ou vídeos de cunho erótico, enquanto 88% já receberam tal conteúdo” (2014). Além dos dados gerais, interessa observar que os autores perceberam uma diferença entre os sexos no que se refere à participação, mesmo que o questionário tenha sido enviado de maneira equitativa para 100 pessoas, sendo 50 do sexo masculino e 50 do feminino, a resposta obtida apresentou a seguinte variação: 35 (69%) das respostas vieram do sexo masculino e 16 (31%) do feminino (Fig. 1). A baixa participação do sexo feminino é explicada pelos pesquisadores com recurso a uma diferença de gênero: “Acredita-se que a menor participação das mulheres seja devido às desigualdades nas relações de gênero, conforme aponta (Scott, 1995), uma vez que tradicionalmente mulheres são colocadas em posição de submissão em relação aos homens” (WANZINACK; SCREMIN, 2014, p. 26).

Do material produzido pelos escolares só possuímos uma fotografia disponibilizada pela *Revista São Mamede* que mostra dois alunos, um menino e uma menina, com uniformes da Escola de Ensino Médio Jornalista Armando Nogueira, em Rio Branco, praticando sexo oral<sup>2</sup>; possuímos também um vídeo embaçado, disponibilizado pelo Portal O TEMPO, que mostra dois adolescentes praticando sexo dentro da Escola Estadual Levir Durães Peres localizada no município de Montes Claros em Minas Gerais<sup>3</sup>. Dos demais 6 casos não dispomos mais do que reportagens produzidas para televisão e para portais de notícias da internet, esse fato não se constitui como um problema para a presente investigação, pois não intencionamos pensar o material produzido pelos escolares e sim o tratamento dispensado aos mesmos.

Certamente os nove casos identificados por nós não são os únicos em nosso país, os dois ocorridos em 2009 não foram os primeiros, o de 2015 não foi o único daquele ano e não será o último dos anos vindouros. Nenhuma dessas constatações prejudica nossa pesquisa, pois não temos a pretensão de realizar um levantamento exaustivo, nos interessa, a partir deste

---

<sup>2</sup> <http://revistasaomamede.blogspot.com.br/2014/11/alunos-sao-flagrados-praticando-sexo.html> (último acesso em 26/04/2016).

<sup>3</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=f3nSDdmlbnk> (acesso em 26/04/2016)

universo limitado, entender como o dispositivo da sexualidade opera em torno desses escolares que fazem sexo na escola. Poderíamos seguir muitos caminhos nesta investigação: conversar com os escolares envolvidos nas referidas produções videográficas, com seus pais, professores e professoras, diretores e diretoras de escolas, etc. Porém, como se trata do começo de uma pesquisa, resolvemos partir daquele que se apresentou como caminho mais acessível, a saber, o material jornalístico disponível na internet.

## 2

Essas práticas de *sexting* remontam ao aparecimento histórico do corpo auto pornográfico no contexto da pornopolítica na era do pornopoder. Trata-se de pensar a escola, herdeira das sociedades disciplinares, na Era do pornopoder. Poder que combina mecanismos disciplinares e de controle numa lógica masturbatória marcada pelo aparecimento e distribuição massiva de celulares, câmeras fotográficas, acesso à internet. O ingresso de tais instrumentos tecnológicos e tecnologias na escola modificam seu caráter disciplinar e suas formas de disciplinamento. Encontramo-nos diante do caso de um código bidimensional a serviço da produção de um código linear, se desejássemos pensar o sentido dessa relação no interior de um período que, juntamente com Flusser, poderia ser caracterizado como pós-histórico, deveríamos nos atentar para esse processo em que a tecnoimagem é constituída pela escrita enquanto pré-texto e produz tecnotexto, o texto produzido pela tecnoimagem.

Do ponto de vista do autor, talvez pudéssemos afirmar se tratar do aprofundamento de uma dialética da imagem e do texto iniciada com o surgimento da fotografia e constitutiva de uma nova cultura da imagem, de uma era mágico-mítica (FLUSSER, 2007,144). Não pretendemos explorar as possibilidades de justificativa para tal afirmação, porém, nos parece útil, para nosso intento, tomar em consideração a panorâmica histórica traçada por Flusser no texto *O Futuro da Escrita* com a finalidade de construirmos alguns lugares de entendimento dos códigos que, para escrever ao gosto do filósofo, pretendemos “desideologizar” (FLUSSE, 2007, P.150).

Conforme Flusser, vivemos em um mundo codificado em que há uma tendência de distanciamento em relação aos códigos lineares e uma aproximação em relação aos Bidimensionais. Tal tendência, para ele, é a base dos “problemas referentes a arte de escrever

em face da crescente importância das mensagens não escritas (...)”(FLUSSER, 2007, p.139). A consideração dessa problemática é correlativa a busca do propósito da escrita no interior de um mundo codificado. Se a escrita originalmente surgiu para facilitar a leitura das imagens, no mundo codificado ela passou a subordinar-se às imagens, deixando de servir como aquilo que explica ou acompanha uma imagem e passando à pré-texto da imagem. Isso é pensado como indicativo do desaparecimento da consciência histórica nascida no seio da escrita e responsável por nos retirar da condição do pensamento imaginativo e nos situar no plano das concepções. De um mundo imaginado a um mundo concebido, assim Flusser lê a modificação instituída pela palavra escrita. Com ela nasce a consciência histórica, pessoas que leem passam a conceber, experimentar e avaliar o mundo no plano do acontecimento. Quando a escrita abandonou seu propósito original que era transcodificar os códigos bidimensionais (FLUSSER, 2007, p.142) numa única dimensão, a razão subordinou-se à imaginação. Não se trata da imaginação pré-histórica, trata-se de uma imaginação constituída por tecnoimagens, “produtos de textos e alimentadas por textos”(FLUSEER, 2007, p.145) que representam e ilustram textos. Os mitos da vida pós-histórica “significarão prescrições textuais” e a mágica visará “manipular as pessoas” (FLUSSER, 2007, p.146).

“Um tipo de caixa-preta”, assim Flusser imagina “o futuro da escrita se houver continuidade da tendência atual em direção a uma cultura de tecnoimagens”, a “cultura como um gigantesco transcodificador de texto em imagem”, “textos como dados inseridos (input) e imagens como resultado (output). Todos os textos fluirão para essa caixa (notícias e comentários, teóricos sobre acontecimentos, papers científicos, poesia, especulações filosóficas) e sairão imagens (filmes, programas de TV, fotografias)” (FLUSSER, 2007, p.146). A história, juntamente com a consciência histórica e a escrita, também fluirá para dentro dessa caixa “que devora o tempo e o congela em imagens”, a utopia, nesse sentido, corre o risco de se transformar em imagem prescritiva e manipulatória, mesmo os textos utópicos passam a ser pré-textos para programas (FLUSSER, 2007, p.147). Os programas, por si só, garantem a compreensão desse “tipo de futuro da escrita” (Idem, ibdem), não é preciso examinar e entender como a caixa-preta funciona:

A tentativa de “desmistificar” o aparato de transcodificação do futuro é com certeza um dos desafios mais importantes da “previsão e planejamento de futuros”. Mas isso não é indispensável quando o problema é a escrita. Podem-se desconsiderar as engrenagens e os parafusos que constituem o aparato (a incontável “mídia”, os “programadores” e outros operadores humanos e quase humanos que compõe o aparato) e concentrar-se nas imagens que saem da caixa mantida preta se quisermos ver o que significará ser “escritor” nesse

futuro. Em outras palavras: não é necessário analisar todo o sistema desesperançosamente complexo que está por trás de um programa de TV, se quisermos entender a atual crise do pensamento e das ações racionais. É suficiente analisar o programa (FLUSSER, 2007, p.147).

Encontramo-nos diante de um programa no futuro de Flusser: pré-textos que alimentam imagens que nos lançam em opacas relações com o mundo. Textos absorvidos pela caixa preta e lançados como imperativos escondidos nas imagens que colocam para funcionar. A imagem pornográfica nos parece essencial para compreendermos Flusser no seu futuro que é o nosso tempo presente e os textos que produzem programas de gênero e sexualidade. A imagem pornográfica, conforme Preciado, é caracterizada por “sua capacidade de estimular, com independência da vontade do espectador, os mecanismos bioquímicos e musculares que regem a produção do prazer”(p.179). Seguindo Linda Williams, o autor entende a imagem pornográfica como “*embodied image*, <<imagem incorporada>>, imagem que se faz corpo” (PRECIADO, 2008, p.179). Nesse cruzamento, caberia se perguntar pelos textos que funcionam como pré-textos dessas imagens com a capacidade de fazer corpo por meio de prescrição e manipulação.

## 2

*Um assunto polêmico e grave, um absurdo que abala, choca e escandaliza, alunos adolescentes que foram flagrados fazendo sexo na escola são afastados*; assim poderia ser o título geral das reportagens a respeito do *sexting* escolar, pois essas são as palavras que dominam a maior parte dos títulos das 35 reportagens analisadas por nós<sup>4</sup>. Percebe-se neles, nos títulos, um misto de espanto e punição: trata-se de um escândalo do qual, invariavelmente, a escola faz resultar, sob a alegação de que deseja proteger a integridade dos envolvidos, o afastamento. No caso específico de Curitiba ocorrido em 2009, por exemplo, em reportagem do *Paraná TV 1ª edição*, a produção filmográfica dos escolares é apresentada como “um caso absurdo que aconteceu no Colégio Estadual do Paraná”, “dois meninos e uma meninas de 13” foram fazer sexo no banheiro da escola enquanto um deles filmava tudo<sup>5</sup>. O entendimento da ordem discursiva do padrão de inteligibilidade que institui o absurdo é necessário e correlato à

---

<sup>4</sup> Neste texto tomaremos em consideração diretamente somente três, porém, para sua elaboração, não pudemos evitar de levar em consideração o que temos percebido no universo do material pesquisado.

<sup>5</sup> (<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=936316>)

compreensão da própria constituição do absurdo. Esse último é constituído no suposto do discurso, naquilo que todos os falantes presumem sobre os enunciados.

Bakhtin, em *Discurso na vida e discurso na arte*, escreveu que “um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida” (1926, p.8), “um tipo especial de entimema” (idem *ibidem*): “O que eu conheço, vejo, quero, amo, etc. não pode ser presumido. Apenas o que todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos – apenas estes pontos nos quais estamos todos unidos podem se tornar a parte presumida de um enunciado” (BAKHTIN, 1926, p.8) Dentre as formas de silogismo, o entimema é aquela “em que uma das premissas não é expressa, mas presumida. Por exemplo: ‘Sócrates é um homem, portanto é mortal’. A premissa presumida: ‘Todos os homens são mortais’” (BAKHTIN, 1926, p.8).

Qual seria a pressuposição no discurso sobre os vídeos de sexo produzidos pelos escolares? Conforme Bakhtin, a premissa presumida tem por trás “o social e o objetivo” (Idem, *ibidem*), ou seja, não nos encontramos diante daquilo que se referiria à esfera do individual e do subjetivo. Quando a repórter anuncia o ocorrido como um absurdo ela não está expressando em palavras um simples sentimento individual, mas dirige-se a um “amplo horizonte global e seu correspondente grupo social” (BAKHTIN, 1926, p.9), seguindo as orientações do autor, pode-se dizer que quanto mais amplo for o campo de alcance, “o enunciado pode agir apenas se sustentando em fatores constantes e estáveis da vida e em avaliações sociais substantivas”(Idem, *ibidem*).

As avaliações presumidas no entimema têm importância especial, são “avaliações sociais básicas que derivam diretamente das características distintivas da vida econômica de um grupo social dado, usualmente não são enunciada”( BAKHTIN, 1926, p.9), pois “estão na carne e sangue de todos os representantes deste grupo; elas organizam o comportamento e as ações; elas se fundiram, por assim dizer, com os objetos e fenômenos aos quais elas correspondem, e por essa razão elas não necessitam de uma formulação verbal especial”(Idem, *ibidem*). Encontramo-nos diante de um entimema social objetivo, “uma “senha” conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo campo social” (BAKHTIN, 1926, p.8).

Se essa senha é conhecida por aqueles que pertencem ao mesmo campo social e, por isso mesmo, não necessita ser enunciada para ser entendida, o caminho que se nos apresenta é o de estranharmos esse campo social para tornar evidente as ordens em que se apoiam essas

palavras que constituem o entimema que estamos a tomar em consideração. Como bem observaram Deleuze e Guattari, é porque a linguagem é discurso indireto que ela “é transmissão de palavras funcionando como palavra de ordem” (2012, p.14). Essa última remete a comandos e “a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma obrigação social” (DELEUZE; GUATTARI, p.17), não se trata de uma categoria particular da linguagem, a palavra de ordem é entendida por ambos como “a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com os atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele”(Idem, ibidem).

No platô de número 4, *20 de novembro de 1923 -Postulados da linguística*, Deleuze e Guattari recorrem as célebres teses de Austin a respeito do performativo e do ilocutório, esse último estabelece não existir somente relações extrínsecas entre ação e fala, mas também relações intrínsecas “entre a fala e determinadas ações que se realizam quando *estas* são ditas” (nesse caso estamos no âmbito do performativo : eu juro ao dizer que juro), e entre “fala e determinadas ações que se realizam quando falamos (o ilocutório: interrogo dizendo “será que...?”, prometo dizendo “eu te amo...”, ordeno empregando o imperativo...etc.)” (DELEUZE; GUATTARI, p.14) a esses atos interiores à fala, a essas relações imanentes, dá-se o nome de “*pressuposto implícitos ou não discursivo*” (idem, ibidem). Dessas teses os autores extraem três consequências: 1) é impossível concebermos a linguagem como um código ou como comunicação; 2) é impossível definir uma semântica independentemente de uma pragmática; 3) é impossível manter a distinção língua-fala.

A linguagem não é código nem comunicação porque discurso indireto, a semântica não pode ser definida de maneira independente de uma pragmática porque não existe semântica sem política – “a pragmática é uma política da língua” (DELEUZE; GUATTARI, p.23) -, é impossível manter a distinção entre língua e fala, pois, o sentido e a sintaxe da língua “não se deixam definir independentemente dos atos de fala que ela pressupõe” (DELEUZE; GUATTARI, p.15). Entre o enunciado e o ato existe uma relação interior, imanente que não é de identidade, mas, conforme os filósofos, de redundância. “Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc” (DELEUZE; GUATTARI, p.17). No ato mesmo de enunciar o sexo praticado pelos escolares como absurdo o jornal realiza uma transformação incorporal que se atribui aos corpos da nossa sociedade, às suas ações e paixões. Estabelece-se assim um limite de inteligibilidade que apresenta ações e paixões que escapam às palavras de ordem, verdadeiros comandos aos corpos e às mentes, como absurdos.

Voltemos ao absurdo e ao que antecede sua enunciação: “Nós vamos começar a edição de hoje com uma notícia que serve de alerta a todos os pais e educadores, um caso absurdo que aconteceu no colégio estadual do paraná, o maior colégio do estado, no horário de aulas, tr s jovens deixaram a sala de aula para fazer sexo no banheiro”. Da perspectiva bakhtiniana salta aos olhos o sentido do discurso e os sujeitos aos quais o se dirige, trata-se de um alerta aqueles que necessitam vigiar   sexualidade dos escolares, pais e educadores. Essa mensagem de alerta, embora enunciada em 2009, remonta ao século XVIII, quando, conforme Foucault, o sexo do colegial e dos adolescentes tornam-se problema público.

### 3

No primeiro volume da história da sexualidade, *A vontade de Saber*, Foucault, contrariando a hipótese repressiva, aponta para a existência de uma economia do sexo nas escolas. Embora possamos ter a impressão de que nos colégios do século XVIII “praticamente não se fala em sexo” (FOUCAULT, 2006, p.34), “basta atentar para os dispositivos arquitet nicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organiza o interior” e perceberemos que “l  se trata continuamente de sexo” (FOUCAULT, 2006, p.34). O sexo da criança e do adolescente passa a ser entendido como “um problema público”:

Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também d o conselhos   famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomenda es e para eles redigem livros de exorta o, cheios de conselhos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observa es, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de institui es ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo” (FOUCAULT, 2006, p.35).

“Nenhum pedagogo do século XVII teria, publicamente, como Erasmo o fez nos seus *Diálogos*, aconselhado seu discípulo na escolha de uma boa prostituta” (FOUCAULT, 2006, p.23), assim escreveu Foucault para exemplificar que não se trata de rejeitar o desaparecimento de uma “antiga “liberdade” de linguagem entre crianças e adultos, ou alunos e professores”( FOUCAULT, 2006, p.33). Trata-se de apontar para uma modifica o no sistema de poder que corresponde a sociedade disciplinar e seus discursos institucionais proliferantes. Mais que uma proibi o, uma economia restritiva, com sua polícia do enunciado e controle da enuncia o, que se acelerou no século XVIII, período em que ocorreu uma

explosão discursiva em torno do sexo. Essa incitação a falar sobre o sexo produz um discurso institucional decente, mas produz também o discurso ilícito, indecente.

A escola, como vimos, passa a ser um destes lugares em que se trata continuamente de sexo. Enquanto instituição oficial ela produz discursos decentes. Nela domina a ideologia pedagógica do poder que não admite desejo que lhe exceda. Esse discurso pedagógico se exerce no poder que se apresenta como polícia dos enunciados e controle da enunciação no interior de uma sociedade disciplinar. Emílio, poderíamos dizer seguindo a perspectiva aberta por Scherer, aos poucos transforma-se em aluno de uma escola. Os mecanismos de vigilância que passam a operar são uma espécie de amplificação da função escópica que exercia o pedagogo sobre Emílio. Essa última relaciona-se ao dever e ao desejo de ver que constituem a essência do ensinante, sua função e satisfação escópicas dissimuladas “sob as aparências teóricas da consciência perceptiva, enquanto questiona outro sujeito, este não teórico, o sujeito do desejo” (SCHERER, 1983, p.38). A função de maturação e de infantilização que o ensinante “opera sobre os indivíduos, com o objetivo de identifica-los e inscrevê-los no intercambio gereneralizado, a sociedade burguesa (o Capital), nele a criança se constitui como ser (...) colocado sob um olhar que o controla e o sonda” (SCHERER, 1983, p.37).

Trinta e dois anos depois do *Emílio*, em 1792, apareceu o Panóptico, Jeremy Bentham foi o inventor da palavra e da coisa mesma, assim observa Scherer que afirma a existência de um paralelo entre a pedagogia de que o primeiro é objeto e a prisão modelo elaborada pelo segundo. No projeto de Bentham as fórmulas presentes no *Emílio* são conservadas e sistematizadas, se antes era sob o olhar exclusivo do professor que o aluno estava sob mira, agora, no Panóptico, trata-se de uma “vigilância absoluta (*universal inspection principle*) o olhar que, sem coação aparente, pois permite fazer tudo, reprime melhor que as broncas e os golpes” (SCHERER, 1983, p.35). Tudo é pedagógico no projeto de Bentham que, inclusive, propõe um uso extensivo do mesmo às escolas. Rousseau, observa Scherer, mesmo que talvez tivesse considerado excessivo o projeto de Bentham, não entraria em contradição com seus princípios, pois estaria de acordo com o papel de permanente observância que o preceptor deveria, formando uma rede de natureza moral invisível, tecer em torno de seu aluno (Conf. SCHERER, 1983, p.35).

Preciado, em *Testo Yonqui*, pensando a leitura de Foucault a respeito das transformações da sociedade europeia no século XVIII, acrescenta que do mesmo modo como a sociedade soberana, que decide e ritualiza a morte, acabou por transformar-se em uma sociedade disciplinar que caracteriza-se por colocar em operação “uma nova forma de poder

que calcula tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional”(PRECIADO, 2008, p.57), a sociedade farmacopornográfica também coloca em operação uma nova forma de poder. Se na sociedade disciplinar os dispositivos sexopolíticos eram “técnicas mecânicas, semióticas e arquitetônicas de naturalização do sexo” (PRECIADO, 2008, p.62), na sociedade farmacopornográfica a somatopolítica opera por meio de “um conjunto de novas tecnologias do corpo (biotecnológicas, cirurgia, endocrinologia, etc.) e da representação (fotografia, cinema, televisão, cibernética, etc.) que infiltram e penetram a vida cotidiana como nunca havia sido feito antes” (PRECIADO, 2008, p.66). Trata-se, sob a ótica de Preciado, de uma mudança nas formas de controle, passamos de “tecnologias de subjetivação que controlavam o corpo do exterior com um aparato arquitetônico externo”(Idem, ibidem) à tecnologias que entram e passam “a formar parte do corpo, se diluindo nele, se convertendo em corpo” (PRECIADO, 2008, p.66). Neste contexto, o panóptico torna-se comestível.

O pornopoder é o aspecto semiótico-técnico das dinâmicas do poder no regime farmacopornográfico. A pornografia, dispositivo virtual que objetiva a masturbação planetária, funciona como espaço de construção pública do privado e o seu processo de produção funciona como paradigma para toda outra forma de produção na sociedade farmacopornográfica. Preciado identifica a existência de um processo de pornificação do trabalho: o trabalho é sexo e seu objetivo é excitar dentro de um circuito fechado de *excitação-capital-frustração-excitação-capital* organizado como **cooperação masturbatória** – rede interconectada de produção de prazer como *satisfação frustrante*, *General Sex*. O proletariado farmacopornográfico (produzindo mais-valia sexual e toxicológica) é apresentado por Preciado como novo sujeito político, pois é a emanação dos detritos dos sujeitos políticos malogrados do feminismo radical, do movimento *queer*, dos movimentos medicinais alopáticos, dos movimentos de liberação das drogas.

As imagens pornográficas que se apresentam como grau zero da representação cujo valor de realidade se confirma com a ejaculação, são produzidas por textos e lançam prescrições que transformam a pornografia em uma verdadeira pedagogia indicativa das performances de gênero e sexualidade tidas como desejáveis. Tratam-se de imagens resultantes mais de questões cenográficas, “de teatralização e iluminação que de conteúdo” (PRECIADO, 2008, 181). A pornografia “revela que a sexualidade é sempre e em todo caso performance, representação, um por em cena, mas também mecanismo involuntário de conexão com o circuito global de excitação-frustração-excitação” (PRECIADO, 2008, p.183).

Quando escreve estas linhas, Preciado se refere ao circuito pornográfico da indústria do pornô em seu sentido estrito, porém não é nele que reside o sentido da produção pornográfica contemporânea. O modelo do emissor único cai por terra em 1996 no momento em que Jennifer Kaye Ringley “instala várias webcams em seu espaço doméstico e transmite em tempo real um registro de sua vida cotidiana em um portal de Internet”(PRECIADO, 2008, p.35).

O movimento iniciado por Jennifer é entendido pelo autor como a “entrada do corpo autopornográfico como nova força da economia mundial” (PRECIADO, 2008, p.36). Com o acesso aos meios técnicos de produção ciberpornográfica, as populações pauperizadas do planeta, seguindo o movimento iniciado com as JenniCams, provocam uma ruptura do monopólio detido pelas grandes multinacionais do pornô. Esse processo de pornificação do trabalho institui com ele uma divisão dos corpos: de um lado temos a tecno-*bitch* de luxo que transforma a totalidade de sua vida e sexualidade em trabalho e as converte em “imagem globalmente transferível” (PRECIADO, 2008, p.189), Paris Hilton é paradigmática a este respeito; de outro, temos o *corpus pornograficus*, vida desprovida de direitos, “exposta e construída pelos aparatos de vigilância”(PRECIADO, 2008, p.44). Tanto num caso quanto no outro, o que se coloca para trabalhar é a *potentia gaudendi*, a capacidade atual e total que um corpo tem de gozar.

À exceção de três reportagens produzidas para a *TV Record*, uma para o *Jornal da Record* e duas para o *Domingo Espetacular*, em nenhum dos outros casos transformados em objeto midiático há entrevista com os escolares que participaram na produção dos vídeos. Duas delas são a respeito do caso ocorrido em 2011 na cidade de Bom Retiro do Sul em que uma adolescente de 16 anos faz sexo oral no namorado em uma escola estadual da região<sup>6</sup>, a outra trata do caso ocorrido em São Carlos em 2013 em que uma menina de 14 e um menino de 15 praticaram sexo no interior da sala de aula<sup>7</sup>.

No que se refere ao caso de 2011, abordado tanto no *Jornal da Record* quanto no *Domingo Espetacular*, a adolescente entrevistada tem, televisionada, as seguintes falas:

---

<sup>6</sup><http://noticias.r7.com/domingo-espetacular/videos/videos-de-sexo-viram-polemica-em-bom-retiro-do-sul-rs-21102015> e <http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/imagens-de-adolescentes-fazendo-sexo-oral-chocam-bom-retiro-do-sul-rs-21102015> (último acesso em 27/04/2016)

<sup>7</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=wXOCgSdq3\\_E](https://www.youtube.com/watch?v=wXOCgSdq3_E)

(a) Ele dizia, né.. ‘ah, deixa eu grava, assim, assim’. Eu dizia...fiquei até meio desconfiada na hora, mas acabei deixando. Eu nem sabia que esse vídeo existia ainda, eu nem sabia que ele tinha esse vídeo no telefone, eu nem lembrava mais. E isso era inverno, era época de inverno, fazia muito tempo. (b) O que ele queria mesmo era me destruir, né. Então ele conseguiu. Às vezes eu acordo e não consigo nem acreditar no que está acontecendo, às vezes eu penso como é que as coisas podem acontecer tão rápido. E eu não entendo porque esse motivo de vingança, por que tanta raiva, porque tanto ódio. (c) Eu não consigo entender o porquê, por que motivo, o quê que eu fiz para merecer isso. Eu perdi tudo, tudo: trabalho, escola. (...) O que eu perdi de mais valioso? Minha dignidade.

O ex-namorado, também menor de idade, foi procurado pelo programa, mas não quis dar entrevista. Ele, de acordo com o pai, não sai mais de casa por sentir vergonha de ser reconhecido nas ruas. Talvez as consequências que incidem sobre o adolescente se devam ao tamanho da cidade, Bom Retiro do Sul tem cerca de 12 mil habitantes, pois a mesma vergonha não se verifica na fala do adolescente do caso ocorrido em São Carlos, cidade com quase 240 mil habitantes. No caso ocorrido em 2013, como observamos, é o menino que, por telefone, concede a entrevista e conta que as imagens foram produzidas de comum acordo com a garota no horário de aula no final de dezembro quando “não há professores na escola” e todos estavam no pátio.

A reportagem transcorre com outras falas e, antes de voltar a entrevista com o adolescente, o repórter afirma que a menina não foi mais vista em São Carlos depois que o vídeo se tornou público, tais palavras são ilustradas com a imagem de um ônibus de viagem fazendo uma clara sugestão de que a adolescente haveria mudado de cidade. A reportagem retorna ao adolescente que, conforme o repórter, “diz que não se arrepende, mas que acredita que para ele será menos complicado”, quando inquirido sobre se havia sido alvo de piadinhas dos amigos, o adolescente responde: “Isso aí “pra” mim, entendeu? Eu sou homem, entendeu? É diferente “pra” mim. É diferente a zoeira comigo e a zoeira com ela, entendeu? Me arrependo de ter filmado, “cara”, porque as consequências vêm, né? E não passa batido, né? ”.

As exceções revelam, como é evidente, a seguinte regra: nas reportagens as personagens principais não falam. Por elas falam repórteres, educadores, policiais, psicólogos e, algumas vezes, colegas e pais, sejam eles das personagens principais ou de outros estudantes da mesma escola. Os motivos dessa ausência vão desde a recusa a não falar, como é o caso do rapaz que se nega a conceder entrevista ao *Domingo Espetacular*, à ideia de que é preciso preservar a integridade dos menores que protagonizaram os casos. Essa ausência, entretanto, não impede que verdades sobre o que motivou a produção dos vídeos sejam produzidas; pelo contrário, ela é essencial para que o fantasma da sexualidade que escapa aos

protocolos seja desenhado: a adolescência entendida como fase em que se deseja romper com as regras, se exhibir e que, por ser uma época da vida de inconsciência das consequências, necessita ser educada<sup>8</sup>.

Ao lermos a produção videográfica dos escolares dentro deste contexto de exploração da *potentia gaudendi* e da entrada do corpo autopornográfico como força produtiva na economia mundial, caberia perguntarmo-nos a respeito da mais-valia ejaculante extraída por meio de mecanismos que, ao conectarem involuntariamente os escolares ao “circuito global de excitação-frustração-excitação” (PRECIADO, 2008, p.183), produzem *corpus pornográficos* no interior da cultura escolar. Para abordar enfrentarmos essa problemática não recorreremos às imagens produzidas pelos escolares, recorreremos as tecnoimagens colocadas em operação em programas que tratam de sua produção, circulação e consumo. Neles opera um dos processos de codificação da *potentia gaudendi* dos escolares dentro de demarcações de fronteiras de gênero, sexualidade e autonomia apresentadas como dever ser porque inscrevem palavras de ordem escritas sob a ótica do homem, adulto, heterossexual, rico e habitante dos grandes centros urbanos. É a partir dessa figura entendida como universalmente penetradora que tudo mais assume valor. Ele, que não existe a não ser enquanto dever ser irrealizável, por meio de palavras de ordem que remontam ao discurso indireto, bloqueia a realidade como movimento. Enquanto padrão de expressão, Ele se apresenta como imagem do pensamento.

Essas adolescentes que não são como as outras precisam ser defendidos dessa imagem. Ao se perguntar pela defesa da criança *queer*, Preciado quer fazer valer o direito da criança que fabula para além dos limites da heterossexualidade e de suas normas de gênero. Esta personagem filosófica, a criança *queer*, movimenta-se na direção de utopias sexuais e de gênero: ao lado da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga, da ficção retrospectiva criada por Preciado, gostaríamos de colocar os escolares, *corpus pornograficus* da educação que - ao realizarem a recusa da boa suplência, como tecnobiopiratas - desprogramam gênero, sexualidade e inscrevem, com a sua produção, uma fissura na imagem dominante que, a todo momento, os institui como ininteligíveis, absurdos, como aquilo que deve ser evitado. Desse ponto de vista, o que importa é encontrar o erro e seus responsáveis.

---

<sup>8</sup> Maria Rita de Assis César, em *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico*, chamou a atenção para o caráter essencialista que a adolescência assume no campo da psicopedagogia. A autora se propôs a fazer uma genealogia com a finalidade de, a partir de uma perspectiva histórico-discursiva, colocar em questão o caráter normatizar e totalizante que o tema da adolescência assume no discurso das ciências médicas e psicopedagógicas

Para eles, escolares não têm imaginação sexual, a mesma, se existe, esbarra nos limites do absurdo. Freud não existe e os novos dispositivos de controle não nos codificam como imagem a ser curtida. Para eles, como pode ser percebido nas reportagens em que aparecem as duas únicas personagens principais a ocuparem, na imprensa, o papel de fala, se ambos são corpos autopornográficos, somente a menina é um *corpus pornograficus*.

O modelo de produção e controle Farmacopornopolítico, condição da emergência do *corpus pornograficus*, se apresenta, ao final do século XIX, “como um dos modos dominantes de ação biopolítica” (PRECIADO, 2008, p.58), mesmo período em que aparece a palavra pornografia e a ideia de pornografia tal como a tendemos hoje, a saber, “representação sexual visando em especial a excitação erótica do seu público e estando intimamente relacionada com a produção patronizada para um mercado estabelecido”(LEITE J., 2009, p. 514). Sobre o contexto do surgimento dessa palavra, Leite, citando Freire, escreveu:

“(…) a arqueologia, entre as ruínas de Pompéia, uma série de objetos e imagens sexuais explícitas pintadas em paredes de termas e outras casas. O Museu de Nápoles resolve mantê-las em área reservada, proibindo a visitação de mulheres, crianças e homens considerados “incultos”. Para nomear o conjunto de tais obras que mostravam uma grande quantidade de cortesãs e cenas de sexo, devendo ser vistas apenas com fins científicos, o termo escolhido foi “pornografia”, significando “escrito sobre prostitutas” (LEITE J., 2009, p.513).

Gênero, idade e classe marcam a pornografia desde seu surgimento, os mesmos elementos parecem dominar os casos que estamos tomando em consideração. A menina estudante de escola pública, na medida em que aceita ser filmada enquanto transa, essa víscera oca sem anus, para usar uma expressão de Preciado (2009, p.167), choca, causa polêmica e absurdo, pois informa à sociedade que tem sexo, goza e se deixa filmar. Desse modo ela acaba por se tornar um dos alvos privilegiados dessa pedagogia que, do século XVIII ao XIX, estabeleceu uma verdadeira “guerra contra o onanismo” (FOUCAULT, 1988, p.115). Ela faz surgir, por trás da imagem de Emílio:

um *Emílio pervertido*, que reivindica para si algo muito distinto da inocência, um Emílio que manifesta a pretensão, escandalosa para o adulto, de possuir já, desde a infância, aquilo que constitui a prerrogativa adulta por excelência: o sexo e seu uso... ou, melhor dizendo, os limites estritamente codificados deste uso”(SCHERER, 1984, p.43).

Essa menina que, num exercício literário, recorrendo às figuras estéticas, poderíamos chamar de Teresa Filósofa (que na infância se masturba apesar da mãe e do padre) ou Lori Lamby (que escandaliza por, apesar da pouca idade, sentir prazer com o sexo e a prostituição), rompe

com a boa suplência pedagógica retirando duas prerrogativas dos adultos, a do sexo e a da pornografia. Ela satisfaz assim o desejo escópico que perpassa toda a organização panóptica dessa pedagogia educastradora que a fetichiza no próprio pornô transformando-a em mercadoria. Ela choca e escandaliza porque coloca os adultos diante do seu própria absurdo desejo. Se o Emílio pervertido representava o fracasso do seu preceptor, na sexopolítica atual, nossa Lori Lamby escandaliza todo o tecido social e é consumida por ele como desejo, lição de moral, audiência, contra ela, por ela e em nome dela voltam-se educadores, comunidade escolar, jornalistas, psicólogos, policiais, cidades, estados e país. Todos querem que ela entenda a senha pornopolítica para protege-la dela mesma e de toda a violência que eles mesmos disparam contra ela ao tranfomarem seu corpo autopornográfico em corpus *pornograficus da educação*.

## **BIBLIOGRAFIA**

BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V. N. *Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica*. Tradução de C. A. Faraco; C. Tezza. Circulação restrita. [1926]. Disponível em: <<http://www.uesb.br/ppgcel/Discurso-Na-Vida-Discurso-Na-Arte.pdf> > Acesso em: 10/05/2016.

BARROS, S. C. Discutindo sobre *sexting*. Revista Diversidade e Educação, Rio Grande/RS V.1, n 2, p.16-17, Julho/Dezembro, 2013.

CESAR, M. A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. O que é filosofia?; Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. -Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34, 2012. Vol.2.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34, 2012. Vol.3.

FLUSSER, Vilém. O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. Organizado por Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LEITE, J. A pornografia “bizarra” em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o “abuso facial”. In: DÍAZ-BENÍTEZ, M; FÍGARI, C. E. (Org.) Prazeres dissidentes. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FOUCAULT, História da sexualidade: a vontade de saber. Vol 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

PRECIADO, B. Testo Yonqui. Espanha: Espasa, 2008.

SCHERER, R. La pedagogia perversa. Barcelona: LAERTES, 1983.

WANZINACK; SCREMIN. SEXTING: COMPORTAMENTO E IMAGEM DO CORPO. Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.7, n.2, p. 222-8, jul./dez./ 2014.